



**Ministério
das Finanças**

SÍNTESE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL MAIO 2021

Junho 2021

ÍNDICE

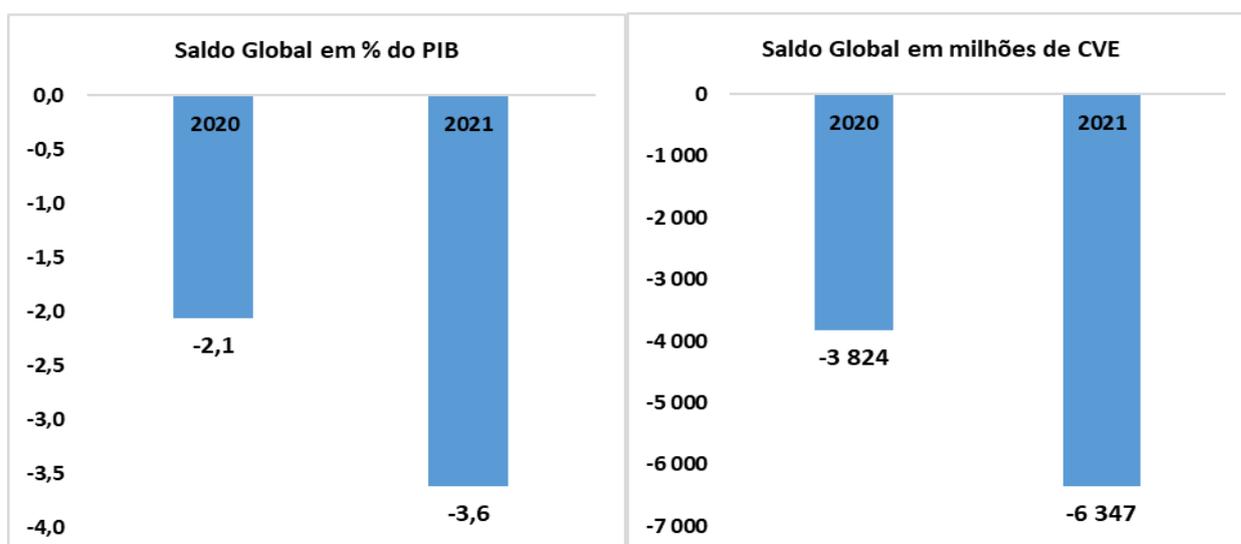
1. Síntese Geral de Execução Orçamental Mensal	2
2. Análise das Receitas Totais	4
2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)	5
2.2. Venda de Ativos Não Financeiros	7
3. Análise das Despesas Totais e Ativos Não Financeiros	7
3.1. Por Classificação Económica	7
3.1.1. Despesas	8
3.1.2. Ativos Não Financeiros	11
3.2. Por Tipo de Financiamento	11
4. Projetos em Resposta à Covid-19	12
5. Dívida Pública	13

1. Síntese Geral de Execução Orçamental Mensal

A 31 de Maio de 2021, o valor provisório do saldo global foi negativo em 6.347,3 milhões de CVE, ou seja, um défice de 3,6% do PIB projetado pelo Ministério das Finanças (MF)¹. Este resultado se traduziu num agravamento 1,6 p.p., em face ao mesmo período de 2020.

Observa-se, ainda, que o saldo corrente primário/PIB foi negativo em 2,8%, agravando-se em 1,9 p.p., comparativamente ao período homólogo, continuando, assim, a refletir o impacto negativo da pandemia na economia cabo-verdiana, e conseqüentemente, no quadro fiscal/orçamental, decorrente dos estabilizadores automáticos e das medidas adotadas no âmbito do combate e da prevenção da Covid-19.

Gráfico 1 - Evolução do Saldo Global



Fonte: MF

Os resultados provisórios da execução orçamental até maio de 2021, comparativamente ao mesmo período de 2020, decorrem:

- da diminuição das receitas totais em 11,8% (-2.011,8 milhões de CVE);
- do agravamento das despesas totais em 4,2% (+857,1 milhões de CVE); e

¹ Considerou-se o PIB reprogramado (175.616 milhões de CVE), sendo que o PIB projetado inicialmente aquando da proposta do OE 2021 foi de 183.748 milhões de CVE.

- o da diminuição em ativos não financeiros líquidos em 59,4% (-346,0 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela venda de ativos superiores ao registado no mesmo período do ano anterior (2021: 524,2 milhões de CVE; e 2020: 45,4 milhões de CVE).

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

	2020		2021			
	Orç. Ret.	Mai	Orç. Inicial	Mai	Grau Exec.	Tax. Hom
1. Total Receitas	53 869	16 978	58 038	14 966	25,8	-11,8
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	45 309	16 182	53 988	14 395	26,7	-11,0
Impostos	33 952	14 027	39 765	12 531	31,5	-10,7
Segurança Social	70	21	71	26	36,3	22,0
Transferências (donativos)	8 559	796	4 050	571	14,1	-28,3
Outras Receitas	11 288	2 134	14 151	1 838	13,0	-13,8
2. Total Despesas	64 974	20 220	61 004	21 077	34,5	4,2
Despesas com Pessoal	23 648	8 484	24 230	8 839	36,5	4,2
Aquisição de Bens e Serviços	15 438	2 715	11 372	2 899	25,5	6,8
Juros Correntes	5 187	2 358	5 463	1 738	31,8	-26,3
Subsídios	891	209	629	570	90,6	172,0
Transferências Correntes	8 072	2 313	7 389	2 252	30,5	-2,6
Benefícios Sociais	8 046	3 295	8 071	3 781	46,9	14,8
Outras despesas correntes	3 692	697	3 851	639	16,6	-8,2
Valor a regularizar		149		358	-	140,8
3. Resultado Operacional Bruto	-11 105	-3 242	-2 966	-6 110	206,0	88,5
4. Ativos não Financeiros	9 851	583	15 059	237	1,6	-59,4
Compra ativos não financeiros	10 301	628	16 892	761	4,5	21,2
Venda ativos não financeiros	451	45	1 833	524	28,6	1055,3
Global Global (1-2-4)	-20 956	-3 824	-18 025	-6 347	-	-
Saldo global (em percentagem do PIB)	-11,4	-2,3	-9,3	-3,6	-	-
Saldo Corrente Primario (1.1-2.1+juros)	-9 980	-1 614	410	-4 943	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	-5,4	-1,0	0,2	-2,8	-	-
6. Financiamento	20 956	5 798	18 025	7 883	-	-
6.1 Ativos Financeiros	-4 569	-65	1 130	-606	-	-
Empréstimo Concedidos Mi - Amortizações	392	151	2 303	15	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-4 664	-24	-579	-330	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	-1 445	-192	-1 100	-292	-	-
Acções e Outras Participações ME					-	-
Acções e Outras Participações MI - Alienação					-	-
Depósitos Cert. Poup. MI - Constituições					-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	1 148		506		-	-
Outros activos					-	-
6.2 Passivos Financeiros	25 525	5 864	16 895	8 489	-	-
Interno líquido	5 488	5 295	5 870	7 409	-	-
Crédito interno líquido em % PIB	3,0	3,2	3,0	4,2	-	-
Sistema bancário	5 633	4 883	6 055	4 549	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Aquisições	12 552		13 639		-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações	-6 919		-7 584		-	-
Empréstimos concedidos					-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-145	-56	-185	-62	-	-
Outras Operações do Tesouro		0			-	-
Outros passivos*					-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV		1 292		252	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito		-1 859		-602	-	-
Outras operações de tesouraria				-624	-	-
Sistema não bancário		1 035		3 897	-	-
dq: encargos c/ reestrut. Empresas púb.					-	-
Externo líquido	20 037	569	11 025	1 080	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	22 677	2 660	17 440	2 853	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-2 640	-2 091	-6 415	-1 773	-	-
7.GAP Financiamento (5 - 6)	0	1 974	0	1 535	-	-

Fonte: MF

2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central, arrecadadas até maio de 2021, cifraram-se em 15.490,5 milhões de CVE, registando uma diminuição de 9,0%, comparativamente ao período homólogo.

Quadro 2 - Evolução das Receitas Públicas Orçamentais

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2020		2021			
	Orç. Ret.	Maio	Orç	Mai	Grau Exec.	Tax. hom
Impostos	33 952	14 027	39 765	12 531	31,5	-10,7
Imposto único sobre rendimentos	11 558	4 001	10 423	3 643	35,0	-8,9
IR-PS	6 249	2 517	5 991	2 315	38,6	-8,0
IR-PC	5 309	1 259	4 432	1 328	30,0	5,5
Outros impostos directos		225	570	167	29,3	-25,7
Tributo Especial Unificado - TEU		225	570	167	29,3	-25,7
Imposto sobre bens e serviços	15 582	6 972	19 278	5 690	29,5	-18,4
Imposto sobre o valor acrescentado	12 895	5 742	16 028	4 825	30,1	-16,0
IVA DGA	6 424	2 795	7 518	2 955	39,3	5,7
IVA DGCI	6 471	2 947	8 510	1 870	22,0	-36,5
Imposto consumo especial	1 617	704	1 955	608	31,1	-13,6
Contribuição turística	513	287	613	18	3,0	-93,6
Taxa ecológica	557	239	682	239	35,0	-0,3
Impostos sobre transações internacionais	6 240	2 783	8 853	2 760	31,2	-0,8
Direitos de importação	5 966	2 662	8 544	2 638	30,9	-0,9
Taxa comunitaria CEDEAO	273	121	309	123	39,8	1,2
Outros impostos	572	271	642	270	42,1	-0,2
Imposto de selo	534	252	603	262	43,4	4,0
Imposto especial sobre jogos	38	19	39	9	22,0	-55,4
Segurança Social	70	21	71	26	36,3	22,0
Taxa social única	0	0	0	0,0	0,0	0,0
Contribuições para a segurança social	68	21	71	25,7	36,2	22,3
Outras Contribuições	1	0	0	0,2	45,2	-5,4
Transferências	8 559	796	4 050	571	14,1	-28,3
De Governos Estrangeiros	7 492	787	3 504	153,7	4,4	-80,5
Ajuda Orçamental	1 957	660	1 029	0	0,0	-100,0
Ajuda Alimentar	304	31	307	36	11,8	15,7
Donativos directos	5 230	95	2 168	117	5,4	23,3
De Organizações Internacionais	604	9	51	237	465,2	2 440,2
Das Administrações Públicas	464	0	495	180	36,4	0,0
Outras Receitas	11 288	2 134	14 151	1 838	13,0	-13,8
Rendimentos de propriedade	3 502	176	5 384	169	3,1	-3,7
Venda de bens e serviços	6 366	1 753	7 317	1 531	20,9	-12,7
Multas e outras penalidades	299	100	318	59	18,6	-40,9
Outras transferências	425	9	320	15	4,7	76,8
Outras receitas diversas e não especificadas	695	95	813	63	7,8	-33,5
Receitas	53 869	16 978	58 038	14 966	25,8	-11,8
Ativos e Passivos	451	45	1 833	524	28,6	1 055,3
Ativos não Financeiros	451	45	1 833	524	28,6	1 055,3
TOTAL RECEITAS	54 319	17 023	59 871	15 490	25,9	-9,0

Fonte: MF

2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

As receitas arrecadadas, até maio de 2021, totalizaram o montante de 14.966,2 milhões de CVE, registando uma diminuição de 11,8%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta da diminuição da arrecadação em sede dos impostos diretos (-9,8%), dos impostos indiretos (-13,0%) e das outras receitas (-13,8), bem como desembolso dos donativos (-28,3%). Regista-se, entretanto, um aumento da segurança social (+22,0%) que tem pouca materialidade em face ao total da receita do Estado.

Em relação aos Impostos diretos, é de se destacar que o decréscimo 9,8%, decorrente da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que situou-se, no período em análise, em 2.315,2 milhões de CVE, registando uma evolução negativa, em termos homólogo, de 202,2 milhões de CVE (-8,0%). Esta variação decorre do facto de que nos três primeiros meses de 2020 não se ter sentido os impactos negativos da pandemia da Covid-19; enquanto que, em 2021, até finais de maio, continuamos a registar os impactos negativos da pandemia, afetando o emprego e os rendimentos das pessoas singulares.
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que cifrou-se, no período, em 1.328,2 milhões de CVE, registando uma evolução positiva em termos homólogos de 68,8 milhões de CVE (+5,5%) consequência da arrecadação do imposto sobre o lucro anual e do facto de, no ano de 2020, o segundo e terceiro pagamentos por conta do imposto final (fracionados) terem sido isentados para empresas com redução significativa da atividade, resultando num valor superior a pagar em 2021.
- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 167,0 milhões de CVE, traduzindo-se uma evolução negativa de 57,8 milhões de CVE (-25,7%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação é explicada pelos fortes impactos da crise provocada pela Covid-19 nos contribuintes do REMPE, pelo aumento dos prazos trimestrais

de entrega do Tributo e pelo pagamento em prestações mais alargadas que o OE 2021 veio prever.

Quanto aos impostos indiretos, o decréscimo de 13,0% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rúbricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 4.824,7 milhões de CVE, traduzindo uma evolução negativa de 917,0 milhões de CVE (-16,0%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 5,7% enquanto que o IVA-DGCI teve um decréscimo de 36,5%. Este decréscimo na cobrança deste imposto deriva dos fortes impactos da crise da Covid-19, principalmente a nível do Turismo, e das medidas excepcionais decretadas pelo Governo, nomeadamente a possibilidade de pagamento em prestações e a redução da taxa do IVA no Turismo para 10%, que o OE 2021 veio prorrogar em relação ao ano 2020;
- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 18,3 milhões de CVE, registando uma evolução em termos homólogos de -268,7 milhões de CVE, traduzindo o facto das dormidas em estabelecimentos hoteleiros ainda estarem a sofrer um forte impacto da crise da Covid-19, com um nível baixíssimo de entradas de turistas do exterior, devido às restrições de viagens de lazer da maior parte dos países no Mundo, sendo o turismo interno marginal;
- Impostos sobre Transações Internacionais – a receita registou uma diminuição em 0,8% (-22,5 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. A performance destes impostos está intrinsecamente ligada à importação. Em termos desagregados, em face ao período homólogo de 2020, verificou-se uma variação negativa no Direito de Importação em 0,9% (-24,0 milhões de CVE), e a Taxa Comunitária CEDEAO teve uma variação positiva em 1,2% (+ 1,5 milhões de CVE).

- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto de selo teve uma evolução positiva em termos homólogos de 4,0% (+10,1 milhões de CVE), situando-se em 261,8 milhões de CVE, fruto de uma atividade bancária relativamente robusta, apesar das moratórias bancárias decretadas.
- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 8,6 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de 55,4% (-10,7 milhões de CVE), uma vez que depende quase exclusivamente da atividade turística na Ilha do Sal, que, desde o início da pandemia, é quase inexistente.

No que toca às transferências (donativos), registou uma execução de 571,1 milhões de CVE, apresentando uma diminuição de 28,3% (-225,1 milhões de CVE), em face a arrecadação no período homólogo do ano anterior.

As outras receitas verificaram um decréscimo de 13,8%, refletindo o impacto da pandemia da Covid-19, com destaque à diminuição na arrecadação de receitas decorrentes da taxa de segurança aeroportuária, do serviço de passaportes, dos emolumentos de portos e capitánias e dos serviços policiais e fronteiras.

2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

As receitas provenientes de Vendas de Ativos Não Financeiros ascenderam a 524,2 milhões de CVE, registando um aumento, em face ao registado no mesmo período de 2020 (45,4 milhões de CVE). Esse aumento é justificado, essencialmente, pela venda de edifícios, imóveis e da aeronave das Forças Armadas.

3. Análise das Despesas Totais e Ativos Não Financeiros

3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em maio de 2021, atingiram 21.837,8 milhões de CVE, registando um agravamento de 4,7% em relação ao período homólogo de 2020.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2020		2021			
	Orç. Ret.	Mai	Orç.	Mai	Grau Exec.	Var. Hom.
Despesas com Pessoal	23 648	8 484	24 230	8 839	36,5	4,2
Remuneração Certas e Permanentes	21 705	8 046	22 193	8 253	37,2	2,6
Segurança Social	1 943	438	2 037	586	28,8	33,8
Aquisição de Bens e Serviços	15 438	2 715	11 372	2 899	25,5	6,8
Juros Correntes	5 187	2 358	5 463	1 738	31,8	-26,3
Dívida interna	3 337	1 335	3 343	1 339	40,1	0,3
Dívida externa	1 754	1 022	2 023	389	19,2	-62,0
Outros encargos	96	1	96	11	11,1	1781,7
Subsídios	891	209	629	570	90,6	172,0
Transferências Correntes	8 072	2 313	7 389	2 252	30,5	-2,6
Governos Estrangeiros	820	36	433	16	3,7	-55,7
Organismos Internacionais	475	62	473	59	12,4	-5,4
Administração pública	6 778	2 215	6 482	2 178	33,6	-1,7
Benefícios Sociais	8 046	3 295	8 071	3 781	46,9	14,8
Outras Despesas Correntes	3 692	697	3 851	639	16,6	-8,2
Valor a regularizar		149		358	0,0	140,8
Despesas	64 974	20 220	61 004	21 077	34,5	4,2
Ativos e Passivos	10 301	628	16 892	761	4,5	21,2
Ativos não Financeiros	10 301	628	16 892	761	4,5	21,2
TOTAL DESPESAS	75 275	20 848	77 896	21 838	28,0	4,7

Fonte: MF

3.1.1. Despesas

Em finais de maio de 2021, as despesas executadas totalizaram o montante de 21.076,7 milhões de CVE, registando um aumento de 4,2% em relação ao período homólogo de 2020. Esta evolução resultou no aumento nas rubricas despesas com o pessoal (+4,2%), aquisição de bens e serviços (+6,8%), subsídios (+172,0%), benefícios sociais (+14,8%), conjugado com a diminuição nas rubricas dos juros da dívida (-26,3%), das transferências correntes (-2,6%) e outras despesas correntes (-8,2%), conforme abaixo se apresenta:

- A “despesa com o pessoal” evidenciou um aumento de 4,2% (+355,4 milhões de CVE) decorrente:

- i. do impacto de implementação de PCCS das Forças Armadas, que teve início no segundo trimestre de 2020, e reclassificações e acumulação de carga horária que vieram a ter impacto no mês de maio do presente ano, com destaque ao Ministério de Educação;
 - ii. do impacto na contratação de técnicos e pessoal de saúde, bem como aumento das velas e senhas de presença nas estruturas de saúde no âmbito da necessidade de resposta à Covid-19;
 - iii. da diminuição do tempo médio do pagamento das contribuições à segurança social de 2021 comparativamente ao de 2020;
 - iv. da regularização atempada das despesas dos Órgãos de Soberania, nomeadamente a Assembleia Nacional e Presidência da República e também das Embaixadas; e
 - v. da *Bancarização* das estruturas do Supremo Tribunal de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público, Conselho Superior da Magistratura Judicial, Tribunal de Contas, das Comissões de Recenseamento Eleitoral e do Cofre Geral de Justiça.
- “Aquisição de bens e serviços” registaram um aumento de 6,8% (+183,3 milhões de CVE), em face ao período homólogo do ano anterior, derivado do aumento das seguintes rubricas: Material de consumo clínico em 131,3% (96,9 milhões de CVE) decorrente da execução dos projetos de prevenção e combate à Covid-19; Conservação e reparação de bens em 85,1% (53,1 milhões de CVE); Honorário em 68,1% (+63,4 milhões de CVE) resultante de despesas no âmbito das políticas de emprego e reforço ao sector de Educação; e despesas no âmbito das eleições (+57,3 milhões de CVE). Tais agravamentos foram atenuados pelas medidas de cativos de despesas adotadas pelo Governo, através da Resolução do Conselho de Ministro n.º 8/2021, de 2 de fevereiro.
 - A despesa com os juros da dívida registou uma diminuição de 26,3% (-619,4 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2020, resultado dos juros da dívida

externa derivado da moratória concedida pelos credores bilaterais para mitigar os efeitos da Covid-19 nos países mais vulneráveis.

- Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 172,0% (+360,1 milhões de CVE), em face ao mesmo período de 2020, justificado essencialmente, pelos subsídios transferidos às empresas privadas não financeiras, no âmbito da resolução 54/2021 de 16 de abril, resultante de indemnização compensatória anual pelas obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e cargas inter-ilhas, cujo pagamento é efetuado através do Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transporte Marítimo.
- Os “Benefícios Sociais” aumentaram 14,8% (+486,3 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, originando um aumento nas rubricas de pensões de aposentação em 8,4% (+158,6 milhões de CVE); pensões de sobrevivência em 16,0% (+18,0 milhões de CVE) e outros benefícios sociais em numerários em 81,4% (+280,4 milhões de CVE). Este último no âmbito do apoio social de emergência às famílias afetadas pela pandemia da Covid-19 (Rendimento Social de Inclusão), do pagamento de estágios profissionais, formação para empregabilidade e apoio à reinserção socioprofissional.
- As “Transferências Correntes” tiveram uma diminuição de 2,6% (-60,9 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, justificado, essencialmente, pela diminuição das transferências em face ao período homólogo, aos municípios e às famílias no âmbito de apoio ao combate à Covid-19.
- “Outras Despesas Correntes” evidenciaram uma diminuição de 8,2% (-57,3 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2020, decorrente da reprogramação e das medidas de contenção nos termos definidos na Resolução n.º 8/2021, de 2 de fevereiro.

3.1.2. Ativos Não Financeiros

A execução dos Ativos Não Financeiros, ascendeu ao montante de 761,1 milhões de CVE, equivalente a 4,5% do total do orçamento, um aumento de 21,2%, representando, em termos absolutos, uma variação positiva de 132,9 milhões de CVE comparativamente à execução de 2020. O montante executado decorre, essencialmente, dos seguintes projetos: “Reforço ao sector da educação” com uma execução de 87,0 milhões de CVE; “Redução de Perdas em Eletricidade e Melhoria de Qualidade de Energia” com uma execução de 53,2 milhões de CVE; “Reabilitação de estradas” com uma execução de 182,3 milhões de CVE; “Construção e Reabilitação de Infraestruturas Desportivas” com uma execução de 29,1 milhões de CVE; e “Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas e Rurais (Poser - Clima)” com uma execução de 31,9 milhões de CVE.

3.2. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento, nota-se que 93,3% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) são financiadas por recursos internos e 6,7% por recursos externos.

Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

Financiamento	2021		Grau Exec.	Peso %
	Orç.	Mai		
Interno	62 962	20 376	32,4	93,3
Tesouro (Rec. Int.)	62 123	19 935	32,1	97,8
OFN	839	140	16,7	0,7
Externo	14 934	1 461	9,8	6,7
Donativo	2 219	396	17,8	27,1
Empréstimo	12 418	1 039	8,4	71,1
Ajuda Alimentar	297	26	8,7	1,8
Total da Despesa	77 896	21 838	28,0	100,0

Fonte: MF

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante de 395,6 milhões de CVE, equivalente a 27,1% do total do financiamento externo, sendo os financiadores com maiores execuções o Luxemburgo com 124,1 milhões de CVE e Banco Europeu de Investimento com 53,2 milhões de CVE;
- Os empréstimos externos ascenderam a 1.038,5 milhões de CVE, equivalente a 71,1% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 12 programas, com destaque para a “Garantia de acesso ao rendimento” (446,4 milhões de CVE), as “Infraestruturas Modernas e Seguras” (229,5 milhões de CVE), a “Educação de Excelência” (124,8 milhões de CVE) e a “Transformação da Agricultura” (54,6 milhões de CVE).

4. Projetos em Resposta à Covid-19

A execução orçamental dos projetos inscritos em resposta à Covid-19, até maio de 2021, totalizaram 961,0 milhões de CVE, representando uma taxa de execução de 40,0%. Ao nível de execução dos projetos, por modalidade de financiamento, no período em análise, foi financiado pelo tesouro em 32,2%, por empréstimo em 63,8% e por donativos em 4,0%.

Quadro 5 - Despesa Covid-19 por Tipo de Financiamento

MOD. FINANCIAMENTO	VALOR_ACTUAL	VALOR_PAGO	PESO %
Donativo	335,5	38,6	4,0%
Empréstimo	1384,7	613,3	63,8%
Tesouro	682,9	309,1	32,2%
Total Geral	2 403,2	961,0	100,0%

Fonte: MF

Dos projetos executados no período, em valores absolutos, destacam-se:

- “Implementação de Rendimento Social de Inclusão “(446,4 milhões de CVE);
- “Prevenção e Combate a Coronavírus” (209,8 milhões de CVE);
- “Reforço ao Setor da Educação” (137,4 milhões de CVE);

- “Preparação Projeto Cabo Verde Digital” (41,1 milhões de CVE);
- “Reforço De Capacidade Laboratório Virologia” (18,2 milhões de CVE);
- “Apoio aos Municípios – Combate a Covid-19” (8,9 milhões de CVE); e
- “COVID-19 RSI Emergencial” (8,2 milhões de CVE).

Quadro 6 – Execução dos projetos no âmbito da Covid-19

FUNÇÕES DO ESTADO	PROJETOS	VALOR_ACTUAL	VALOR_PAGO	GRAU EXEC.
07.00.01 - Serviços Públicos Gerais	Apoio Aos Municípios - Combate A Covid 19	16,5	8,9	54,0
07.00.01 - Serviços Públicos Gerais Total		16,5	8,9	54,0
07.00.04 - Assuntos económicos	Cabo Verde Digital	18,0	2,8	15,5
	Transição Da Economia Informal A Formal	20,0	0,0	0,0
	Preparação Projeto Cabo Verde Digital	102,0	41,1	40,3
	Reforço Da Resiliência Das Famílias Rurais No Pós Covid-19	22,1	0,0	0,0
	Capacitação Dos Profissionais Do Turismo E Áreas Transversais - COVID_19	105,0	8,1	7,7
07.00.04 - Assuntos económicos Total		267,2	52,0	19,5
07.00.07 - Saúde	Ampliação Do Centro De Saúde De Bao Vista	9,3	0,0	0,0
	Aquisição De Vacina Covid19	20,0	0,0	0,0
	Comunicação De Risco Em Saúde - INSP	4,8	1,4	28,3
	Construção Da Sede Do Inps Laboratorio Nacional Saude Publica	178,1	0,0	0,0
	Desenvolvimento Do Observatório Nacinal De Saúde Pública - INSP	3,0	0,7	22,2
	Desnvolvimento De Investigação Em Saúde - Insp	2,3	1,0	42,4
	Equipamento Postos Sanitários	1,5	1,5	100,0
	Prevenção E Combate A Coronavírus	393,7	209,8	53,3
	Prevenção E Combate A Coronavírus	28,7	27,6	96,2
	Reabilitação e equipamentos De Estruturas De Saúde	18,3	9,8	53,5
	Reforço De Capacidade Laboratório Virologia	30,0	18,2	60,5
	Remodelação de Postos Sanitarios	10,5	1,3	12,0
	Rerforço Do Laboratorio Nacional De Saúde Publica - Insp	4,1	1,5	35,8
Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	2,4	0,9	36,8	
Preparação E Resposta A Covid-19	23,8	1,0	4,1	
07.00.07 - Saúde Total		730,5	274,5	37,6
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos	Apoio A Classe Artista Cultural - Covid-19	10,0	0,3	2,5
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos Total		10,0	0,3	2,5
07.00.09 - Educação	Bolsa Cabo Verde Digital	20,0	0,0	0,0
	Construção, Ampliação E Remodelação de Infra-Estruturas Educativas	11,9	2,8	23,7
	Reforço Ao Sector Da Educação	448,2	137,4	30,7
07.00.09 - Educação Total		480,0	140,2	29,2
07.00.10 - Protecção social	COVID-19 RSI Emergencial - Redes de Segurança e Recuperação de Rendimer	8,3	8,2	98,3
	Garantia De Cuidados De Dependentes	23,2	10,3	44,6
	Implementação De Rendimento Social De Inclusão	803,9	446,4	55,5
	Reforço Das Competências Do Setor Da Inclusão Social	34,2	3,4	9,8
Reforço Institucional Das Organizações Da Sociedade Civil	29,4	16,9	57,5	
07.00.10 - Protecção social Total		899,0	485,2	54,0
Total Geral		2 403,2	961,0	40,0

Fonte: MF

5. Dívida Pública

O stock da dívida pública, excluindo os TCMF, atingiu 266.311,3 milhões de CVE, em 31 de maio de 2021, cabendo à dívida interna 81.663,6 milhões de CVE (46,5% do PIB) e à dívida externa 184.647,7 milhões de CVE (105,1% do PIB). Nesta sequência, o rácio

dívida pública/PIB atingiu os 151,6%, cerca de 2,1 p.p. acima do valor registado em maio de 2020².

Quadro 7 – Evolução da Dívida Pública

	Maio .2020	Maio .2021	Var. Hom	% PIB/20	% PIB/21
Estoque Global	246 685,9	266 311,3	8,0	149,6	151,6
Dívida Interna	69 558,0	81 663,6	17,4	42,2	46,5
Dívida Externa	177 127,9	184 647,7	4,2	107,4	105,1

Fonte: MF

² O PIB utilizado para o cálculo do rácio em 2020 é o PIB ajustado a reprogramação para o referido ano, nos termos apresentado pela DNP, ou seja, 164.911 milhões de CVE (o PIB inicialmente utilizado aquando da apresentação da conta mensal 2020 foi o projetado para o Orçamento inicial de 2020, cerca de 211.095 milhões de CVE, em que foi apresentado um stock da dívida em percentagem do PIB de 116,8).

